



O massacre de Eldorado dos Carajás: memória, história e psicopolítica no Sudeste Paraense

Vinicius Sousa Silva¹
Carmen Hannud C Adsuara²
Daniela Ponciano Oliveira³
Robenilson Moura Barreto⁴

Resumo

O artigo analisa o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em abril de 1996, e o subsequente monumento Eldorado Memória, projetado por Oscar Niemeyer, que foi erguido e destruído em Marabá, Pará. A pesquisa explora como esse monumento simbolizava as lutas dos trabalhadores rurais sem-terra e as conexões entre memória social, identidade regional e os traumas psicossociais e políticos associados ao massacre. A obra, mal-recebida por setores contrários à reforma agrária, sofreu depredações que simbolizam a tentativa de deslegitimar a memória dos trabalhadores mortos e o movimento sem-terra. O estudo também aborda o papel da mídia e das elites locais na tentativa de silenciar a violência estatal, inserindo a destruição do monumento no contexto de repressão política e territorial na Amazônia. Conclui que o trauma psicossocial resultante do massacre e a destruição do monumento exemplificam a necessidade de reparação histórica e psicopolítica, especialmente no sudeste do Pará, onde as marcas de opressão e violência continuam presentes nas disputas territoriais.

Palavras-chave: Massacre, Psicopolítica, Memória social, Reforma agrária, lutas por terras.

La masacre de Eldorado dos Carajás: memoria, historia y psicopolítica en el Sudeste de Pará

Resumen

El artículo analiza la Masacre de Eldorado dos Carajás, ocurrida en abril de 1996, y el posterior monumento Eldorado Memória, diseñado por Oscar Niemeyer, que fue erigido y destruido en Marabá, Pará. La investigación explora cómo este monumento simbolizaba las luchas de los sin tierra. trabajadores rurales y las conexiones entre la memoria social, la identidad regional y los traumas psicossociales y políticos asociados con la masacre. La obra, mal recibida por sectores opuestos a la reforma agraria, sufrió vandalismo que simboliza el

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. Técnico Administrativo em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA- Campus Rural de Marabá-PA. Coordenador do NEABI-IFPA Rural, Marabá-PA. vinicius.sousa@unifesspa.edu.br

² Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Docente da UNITINS Araguaatins, Bico do Papagaio-TO. adsuara.psicologia@gmail.com

³ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Professora da Universidade Federal do Tocantins – UFT. dponcianooliveira@gmail.com

⁴ Psicanalista e Psicólogo social. Mestre e Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. robenilsonbarreto@hotmail.com

intento de deslegitimar la memoria de los trabajadores muertos y del movimiento sin tierra. El estudio también aborda el papel de los medios de comunicación y las élites locales al intentar silenciar la violencia estatal, ubicando la destrucción del monumento en el contexto de la represión política y territorial en la Amazonía. Concluye que el trauma psicosocial resultante de la masacre y la destrucción del monumento ejemplifican la necesidad de reparación histórica y psicopolítica, especialmente en el sureste de Pará, donde las marcas de opresión y violencia continúan presentes en las disputas territoriales.

Palabras-clave: Masacre, Psicopolítica, Memoria social, Reforma agraria, luchas por la tierra.

The Eldorado dos Carajás massacre: memory, history and psychopolitics in Southeast Pará

Abstract

This article analyzes the Eldorado dos Carajás Massacre, which occurred in April 1996, and the subsequent Eldorado Memória monument, designed by Oscar Niemeyer, which was erected and destroyed in Marabá, Pará. The research explores how this monument symbolized the struggles of landless rural workers and the connections between social memory, regional identity, and the psychosocial and political traumas associated with the massacre. The work, which was poorly received by sectors opposed to agrarian reform, suffered depredations that symbolize the attempt to delegitimize the memory of the dead workers and the landless movement. The study also addresses the role of the media and local elites in attempting to silence state violence, placing the destruction of the monument in the context of political and territorial repression in the Amazon. It concludes that the psychosocial trauma resulting from the massacre and the destruction of the monument exemplify the need for historical and psychopolitical reparations, especially in southeastern Pará, where the marks of oppression and violence continue to be present in territorial disputes.

Key words: Massacre, Psychopolitics, Social memory, Agrarian reform, land struggles.

Introdução

O objetivo deste artigo, fruto de um trabalho de pesquisa, trata de apresentar um estudo inicial sobre a inauguração e destruição do monumento Eldorado Memória (1996)⁵, em Marabá/PA⁶, no sudeste paraense, considerando seu lugar na memória social regional enquanto um elemento constitutivo de identidades a partir de um processo de traumatização psicossocial e política (Martín-Baró, 1987; Gonçalves, 2017). O monumento em questão foi criado pelo arquiteto Oscar Niemeyer (Figura 01) para homenagear os 21 trabalhadores rurais

⁵O projeto, uma peça de 4 metros de altura, foi doado por Oscar Niemeyer ao Movimento Sem-Terra em homenagem aos trabalhadores rurais mortos no conflito de terras em Eldorado dos Carajás, Pará, no ano de 1996. In. PEREIRA, Pablo. Niemeyer faz a sem-terra mortos no PA. Estado de Minas, Belo Horizonte, 26 jul.1996. In. <<https://www.oscarniemeyer.org.br/obra/pro417>> (Acesso em:02 jul 2023).

⁶ Cidade localizada no atual sudeste do estado do Pará, desenvolvida à margem dos encontros dos rios: Itacaiúnas e Tocantins.

sem-terra, mortos pela polícia militar do Pará, em abril de 1996, na região de Eldorado dos Carajás. Destacamos que se trata de uma das poucas obras do renomado arquiteto no norte do país.⁷ Vale destacar que o Monumento Eldorado Memória foi mal recebido pelos grupos sociais⁸ contrários à luta pela terra nessa região da Amazônia e a despeito das outras obras⁹, esculturais ou simbólicas, que surgiram por articulações variadas em alusão ao massacre¹⁰ de Eldorado dos Carajás, apenas o Monumento Eldorado Memória sofreu a mesma ira que foi direcionada aos 21 trabalhadores na “curva do S”, em 17 de abril de 1996.

O que motivou a escolha por este tema de pesquisa foi o fato de existirem poucos estudos e quase nenhuma informação a respeito do Monumento Eldorado Memória, principalmente entrecruzando a História do Brasil e a Psicologia Social e Política. Da mesma forma, também não se encontra com facilidade, registros acerca dos acontecimentos que sucederam a sua inauguração, inclusive a má recepção que a obra enfrentou junto a determinada parcela da sociedade civil, mais especificamente, do sul e sudeste paraense, o que talvez tenha ocasionado sua destruição. Em sua curta existência, o Monumento se tornou um símbolo representativo das lutas camponesas por trabalho e dignidade. Ou seja, congregava as lutas dos: posseiros, garimpeiros, indígenas, trabalhadores rurais, ribeirinhos, povos que tradicionalmente habitavam essa região, mas que acabaram expulsos e expropriados ao longo da ocupação capitalista na região. Essas populações perderam suas posses, terras e emprego.

A derrubada do monumento está inserida numa rede de ocorrências de depredação a monumentos públicos e guarda resquícios do terrorismo estatal e civil largamente praticados quando da abertura política para democracia assim como pessoas consideradas subversivas pelo governo militar como sindicalistas, lideranças comunitárias urbanas e rurais, comunistas, guerrilheiros etc. Lembremos que, além da morte física dos trabalhadores em Eldorado dos Carajás, é praticada também a morte simbólica da luta e de suas memórias, impactando na transmissão de saberes e narrativas populares ao longo do tempo.

A destruição do monumento em homenagem aos trabalhadores dialoga com uma espécie de ação de soterramento da memória, retrato do ódio que, ao mesmo tempo, deslegitima a memória dos vencidos, validando a violência, os massacres e as matanças

⁷ Memorial da Cabanagem (1985), em Belém/PA; Memorial Coluna Prestes (2001), localizado em Palmas/TO.

⁸ Fazendeiros do sudeste paraense e seus Sindicatos Patronais.

⁹ Outro monumento de Oscar Niemeyer destruído foi o “Memorial IX de Novembro”, inaugurado em praça pública, em 1 de maio de 1989, na cidade e Volta Redonda/RJ destruído a bombas, com explosivos oriundos do Exército.

¹⁰ As Castanheiras de Eldorado dos Carajás (1999); Coluna da Infâmia (2000) In: COSTA, Gil V. Fabricar a Memória da Violência: Imagens do massacre de Eldorado dos Carajás na arte contemporânea. *Arteriais/revista do ppgartes/ica/ufpa/n.07 Dez.* 2018. p, 164-181.

praticadas na região.

Figura 1- Eldorado Memória (08/08/1996), Copacabana, Rio de Janeiro/RJ.



Fonte: Acervo O Globo, 1996¹¹

Percebemos também que outros massacres ¹² seguiram um certo compasso de temporalidade, tornando-se algo cada vez mais comum perpetrados por jagunços, pistoleiros, bandos armados, empresas de segurança e policiais militares, por intermédio dos trabalhos reservados e segurança civil ou particular, lançando mão de contrainteligência, práticas de espionagem ilegal (arapongagem) e perseguições políticas civis e militares. Verdadeiras máquinas de guerra cujo principal motivador é o capital respondendo a interesses outros que não os dos trabalhadores.

A obra Eldorado Memória (1996) permaneceu na memória de poucas pessoas do sudeste paraense por isso, repetindo: a razão principal da escolha do tema para elaboração desta pesquisa, que não visa esgotar estudos sobre o monumento, mas inserir o acontecimento de sua destruição no contexto de transição democrática, expansão da luta dos trabalhadores, reconfigurações e reproduções de luta pela terra e trabalho, assim como assentá-la no contexto de violência estatal e civil, na região do sudeste do Pará, considerando a produção de identidade nessa região da Amazônia Brasileira.

Com efeito, do conhecimento produzido em torno dessa memória, faz-se importante

¹¹ Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/eldorado-de-carajas-21343386>. Acessado em: 29 jan. 2024.

¹² Massacre dos Garimpeiros Na Ponte (1987); Massacre dos três operários na CSN (1988); Massacre do Carandiru (1992); Massacre de Corumbiara (1995); Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), Massacre de Pau D'arco (2017).

refletir acerca dos caminhos possíveis para a reparação psicossocial dos sobreviventes e gerações impactadas pelo processo de trauma, o que, segundo Martín-Baró (1988) significa pensar na memória histórica, na reconstrução de modelos de identificação, na crítica às noções cristalizadas de autoridade, na superação da vergonha e da humilhação social, e na reconstrução de um futuro e projeto de vida no qual a dimensão coletiva se apresenta como elemento central para um projeto ético-político de libertação e de superação do trauma psicossocial.

Existem assuntos inconvenientes, incômodos, principalmente, para as oligarquias do sul e sudeste do Pará. Há uma constante tentativa intencional de silenciar e relegar ao esquecimento uma série de acontecimentos e episódios que marcaram negativamente a história da região. Esses cenários, muitas vezes, correspondem a períodos de longa duração de violência física e simbólica, enfrentados cotidianamente por determinados grupos de indivíduos pertencentes à classe trabalhadora. Essas violências, historicamente, esquecidas ou deixadas de lado acabam não sendo veiculadas, de forma intencional pelos meios de comunicação que, como se sabe, mantém relação próxima às oligarquias políticas e, não raramente, são influenciados ideologicamente em seus posicionamentos, o que faz com que orientem as pautas que circulam para o grande público. Conforme Euzebio Filho (2023, p. 30):

(...) a mentira institucionalizada... tem, portanto, uma função prática: esconder as violências produzidas pela classe dominante, que anulam ou desconstruem os direitos humanos. A mentira institucionalizada contribui, ainda, para gerar aquilo que ... denominou de guerra psicológica (Martín-Baró, 1975; 2000b), retroalimentando a polarização e a violência entre os grupos que atuam em um determinado conflito.

As universidades e escolas públicas, por sua vez, não incorporam em seus currículos planos de curso, disciplinas e ementas, temas da História do Brasil dos últimos anos e dessa forma, contribuem para que não haja reflexão sobre as realidades contemporâneas regionais. Isso faz com que se mantenha no subterrâneo das memórias as opressões e práticas e atualizadas nas disputas políticas e ideológicas contemporâneas. As escolas, nesse sentido, falham em seus objetivos em formar alunos críticos a sua realidade. Muitos deixam os bancos da educação básica sem saber ao certo “o que foi a ditadura militar”, por exemplo. O mesmo ocorre com a falta ou a fragilidade de políticas públicas voltadas para a memória política, principalmente na região em que o legado do autoritarismo mantém silenciados e reprimidos os traumas dos massacres perpetrados pelo Estado burguês e pela elite agrária contra o povo pobre sem-terra.

Isso nos instiga a pensar que conflitos de grande envergadura histórica são, por muitas vezes, esquecidos, des-lembrados, omitidos, escamoteados e/ou distorcidos. O que talvez jogue luz à compreensão dos episódios ocorridos na região amazônica, os crimes cometidos pelo Estado contra trabalhadores rurais e integrantes de movimentos sociais praticados em plena luz do dia, sob a conviência da opinião pública.

No presente trabalho, recorreremos a fontes bibliográficas e documentais. As fontes bibliográficas foram utilizadas para reconstruir os acontecimentos de Eldorado dos Carajás, em abril de 1996, e de Marabá em setembro do mesmo ano. Também, a partir desta bibliografia, é possível levantar hipóteses e interpretações sobre tais fatos. Em especial, destacamos os trabalhos de Eric Nepomuceno (2007), Airton dos Reis Pereira (2013) e Antônio de Jesus Pereira (2020). Além disso, este trabalho utilizou como fonte alguns jornais de grande circulação entre a elite, a quem interessava incidir sobre a memória amazônica, entre os meses de abril e setembro de 1996,

O leitor desse tipo de imprensa é formado pelos extratos de renda mais altos e eleitores de centro-direita. A Imprensa fábrica o consenso para a agenda ultraliberal, usando linguagem simples, vulgar, dicotômica, não há vozes alternativas, operam a desqualificação de seus adversários, estigmatizados e hostilizados como atrasados inimigos, sem falar na omissão ou pouca repercussão sobre os fatos que desabonam sua narrativa. Nos editoriais os periódicos apresentam a posição oficial dos seus proprietários e financiadores, assim são forjadas as defesas ou críticas a determinadas ideias, políticos e partidos (Guilherme, 2018).

Não há pluralismo de ideias ou debates na grande imprensa brasileira, que, quando necessário, revitaliza a ideologia dos perigos do comunismo, o moralismo anticorrupção, contra seus adversários, relacionando-se junto aos sistemas político e econômico. Desse modo, a classe dirigente mantém suas ideologias de dominação. Desse modo é importante ressaltarmos o caráter pedagógico que fórmula, organiza, gerencia e, ao mesmo tempo, cobra a agenda neoliberal. A Imprensa age como partido: jornalistas e editorialistas são os intelectuais orgânicos na transmissão de narrativas únicas, verdadeiras trincheiras na guerra pela conquista e manutenção da direção ideológica da sociedade.

O massacre de Eldorado dos Carajás: um apanhado histórico e psicopolítico

Antônio Pereira (2020) analisou o Massacre de Eldorado dos Carajás a partir de entrevistas com os sobreviventes. De acordo com o autor, a existência de um acirramento na luta de classes influenciou o “advento” do massacre em 17 de abril de 1996. Os relatos dos

sobreviventes, dá subsídio para o autor explicar, o que nomeia de "ocasião", em que como consequência da intervenção de 155 policiais militares, ocorreu um saldo total de 22 vítimas¹³. O massacre ocorreu quando 1.500 trabalhadores ocuparam o Complexo Macaxeira e, outros tantos a estrada PA 150, a ação da polícia militar resultou na morte imediata de 19 trabalhadores, além de muitos feridos (Pereira, 2020, p. 14)¹⁴. As ocupações de estradas estaduais e federais pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), faziam parte das muitas práticas e táticas sociopolíticas do Movimento para chamar atenção dos governos, estadual e federal da necessidade de se cumprir a Constituição Federal e efetivar a reforma agrária. O Movimento solicitava, inclusive, transporte e comida, durante a marcha, uma vez que o objetivo era chegar até Marabá/PA e, de lá, seguir para Belém, capital do estado, levando suas reivindicações.

Para os autores Fernandes (2001), Nepomuceno (2007), Pereira (2010) e Pereira (2020) os alvos da operação de desobstrução da estrada eram as lideranças regionais do MST. O episódio do massacre de Eldorado do Carajás possui uma relação direta com a ocupação do latifúndio conhecido como Complexo Macaxeira. Esta última uma área de 42.558 hectares localizada entre as cidades de Eldorado dos Carajás/PA e Curionópolis/PA, situada do lado esquerdo da rodovia estadual PA-275. As negociações e os fatos mais imediatos ainda carecem de outras problematizações e pesquisas, no entanto, fica evidente as práticas de alinhamento histórico nessa parte da Amazônia, onde empresas públicas e privadas, fazendeiros e empresários rurais e políticos colaboram e articulam forças de segurança públicas e privadas, lançando mão de mercenários, pistoleiros e jagunços nas práticas de repressão e violência contra camponeses. No caso de Eldorado dos Carajás/PA, os representantes do estado renunciaram à negociação e acionaram a polícia militar para desobstrução da estrada (Pereira, 2020, p. 14) O autor realizou um importante trabalho de campo, e o contato com os sobreviventes objetivava compreender a “dimensão do drama social vivenciado por eles” (Pereira, 2020, p. 17).

Um aspecto importante é a visão apontada por Nepomuceno (2007) que diz que: “na tarde de 17 de abril, após poucas horas, o cenário da tragédia se revelou com relatos de morte [...], e que a maioria dos sobreviventes sofreu ferimentos graves, sendo que dois dos feridos vieram a óbito dias depois” (Pereira, 2020, p. 18). Milhares de homens, mulheres, jovens,

¹³ Segundo Nepomuceno (2007) “Quando cessou a metralhadora, havia 19 mortos e 69 feridos (dois desses feridos morreram tempos depois, em consequência dos tiros.” (NEPOMUCENO, 2007, p. 58) totalizando 22 vítimas.

¹⁴ Alguns autores como Fernandes (2001) apontam em suas publicações “Segundo os dados oficiais: foram dezenove sem-terra mortos”. (FERNANDES, 2001, p. 209); Nepomuceno (2007), “(...) 19 cadáveres e dezenas de feridos (Nepomuceno, 2007, p. 16, 106, 109, 112) (PEREIRA, 2020, p. 14)

crianças e anciãos que participavam das caminhadas (marchas) em direção à Belém/PA e não se furtavam de saquear veículos nem obstruir estradas. Nesse sentido Airton Pereira (2013) nos ajuda de forma decisiva à análise do contexto e formação da luta pela terra, no sul e sudeste do estado do Pará, dos alinhamentos à esquerda das entidades de apoio como, por exemplo, os sindicatos (STRs) e as matizes religiosas na luta conjunta de um variado grupo de trabalhadores: posseiros, garimpeiros, trabalhadores rurais, indígenas pelo território do sudeste do Pará.

O trabalho de Antônio Pereira (2020), por sua vez, traz entrevistas com 11 “sobreviventes”, possibilitando entender o drama de como vivem essas pessoas que trazem no corpo e na mente a marca daquele episódio. Os sobreviventes possuem características em comum: são integrantes da associação dos mutilados, enfrentam as sequelas físicas e psicológicas decorrentes do massacre e são oriundas da região Nordeste do país, possuindo uma média de idade entre 40 e 60 anos.

De acordo com Martin-Baró (1988), o trauma psicossocial configura um processo de cristalização da identidade a partir de uma violência política, desestruturando aspectos psíquicos das vítimas em proporções coletivas.

Individualmente ou coletivamente, uma comunidade afetada vê-se diante de possíveis danos psicossociais que se instalam no conjunto das significações e vinculações, tais como: estado exacerbado de alerta, sentimento de impotência na organização da vida, alterações no sentido da realidade, a fragilização da autonomia pessoal e da autoconfiança, a depreciação da autoimagem e a ausência de perspectivas animadoras para o futuro. Do ponto de vista coletivo, percebe-se a desintegração da memória e identidade coletivas, o acirramento da violência intra e intergrupo, a desconfiança nas relações interpessoais e a estreiteza e rigidez na elaboração da imagem do adversário, que se torna o inimigo (Euzébios Filho et al, 2024, p. 148).

As entrevistas evidenciam que os sobreviventes não esperavam uma reação tão violenta por parte do governo do estado, os relatos das entrevistas nos trazem informações que convergem, por exemplo, para chegarmos a conclusão de que a estrada (PA- 150) havia sido ocupada naquela semana mais de uma vez, além daquela ocorrida por volta de meio-dia de 17 de abril dia do massacre houve outras mais.

Outro fato comum a todos os sobreviventes e demais pessoas envolvidas são os relatos repetidos acerca do descumprimento dos acordos por parte dos órgãos do Estado. Alguns sobreviventes apontam a indisponibilidade de negociação do governador, Almir Gabriel (PSDB). Muitos acreditavam que a quantidade de policiais que se aproximavam naquela tarde de quarta-feira, tinha a ver com a chegada de alguma autoridade, por exemplo, o próprio governador.

A ordem de desobstrução da estrada PA-150, já havia sido dada pelo governador, consistindo na desobstrução a qualquer custo da rodovia ocupada pelo MST, contudo existem relatos de que alguns oficiais ainda faziam negociações, mesmo depois da ordem com as lideranças na curva do “S”. Com base nas falas dos sobreviventes, os policiais já chegaram no local da manifestação atirando, surpreendendo os muitos militantes (companheiros) que ainda acreditavam se tratar-se de uma operação com o uso de armas não letais. A primeira vítima fatal foi uma pessoa surda¹⁵ conhecida como “Amâncio, natural de Santa Luzia do Paruá, no Maranhão” (Pereira, 2020, p. 66).

Um fato importante em relação à ação da polícia foi a violação da cena do crime, uma vez que os corpos, que deveriam ser preservados, foram amontoados e em seguida levados para Curionópolis/PA. Podemos perceber que os sobreviventes têm plena consciência de que o que aconteceu naquela tarde de 1996 foi uma chacina, e não um confronto entre pessoas sem-terra e a polícia. Como afirmam: “as pessoas falam do confronto dos sem-terra com a polícia, mas não teve confronto, teve uma execução, uma chacina” (Pereira, 2020, p. 66) Os detalhes são impressionantes, especialmente levando em consideração as circunstâncias em que ocorreram as negociações entre os policiais e as lideranças dos trabalhadores. Para alguns sobreviventes o que teria determinado o massacre seria a falta de disposição do governo em negociar. Os sem-terra estavam se preparando para uma negociação definitiva, buscando resolver os problemas encontrados durante a marcha à Belém.

Como ocorreu no episódio do Massacre de Garimpeiros (1987) em forma de torniquete cercando as vítimas por dois lados e em outros massacres que usaram a emboscada como tática operacional, no Massacre de Eldorado (1996) como em dezembro de 1987, na ponte sobre o rio Tocantins, as negociações foram interrompidas pelas forças de segurança, nos dois casos não houve em nenhum momento disposição de negociação por parte das prefeituras e/ou governos estaduais, em ambos os episódios os massacres ocorreram durante as negociações com os representantes dos manifestantes. Nos dois casos, tanto na ponte sobre o Rio Tocantins quanto na Curva do S, o modus operandi foi o mesmo, os policiais fecharam os dois lados dos manifestantes, em Eldorado dos Carajás, por exemplo, constata-se que “os policiais chegaram, fechando ambos os lados e cercando os manifestantes no meio” (Pereira, 2020, p. 67). Havia uma "assimetria" de forças nos dois episódios especificamente, os

¹⁵ O primeiro que foi morto ali no massacre foi o surdo (pessoa surda) (...) o finado Amâncio, maranhense lá de Santa Luzia do Paruá.” Sobrevivente 1. In (PEREIRA, 2020, p. 66); “(...) um homem no meio do caos, um homem avançou, gesticulando muito, contra os policiais militares. Foi tombado por um soldado, que o golpeou na cabeça com um cassetete (...) foi chutado por outros soldados (...) levou três tiros – um na cabeça, outro debaixo do braço, um terceiro na linha da cintura. Esse homem se chamava-se Amâncio Rodrigues dos Santos, tinha 42 anos e era surdo.” (Nepomuceno, 2007, p. 155) (colocar no texto)

manifestantes não tiveram a menor chance, ao contrário do discurso da época que afirmava um confronto entre as partes, na mídia televisiva e impressa.

Segundo Nepomuceno (2007), os problemas durante a marcha eram evidentes, principalmente aqueles relacionados às condições insalubres da ocupação. A marcha não pode ser considerada como único fator determinante de enfrentamento aos interesses dos fazendeiros e poderosos no estado do Pará, devemos reconhecer outras formas de luta oriundas das dinâmicas, práticas e estratégias de colaboração protagonizadas pelos posseiros, trabalhadores rurais, sem-terra, garimpeiros e instituições de apoio contra o latifúndio. Nesse sentido devemos considerar também os alinhamentos e convergências de interesses entre políticos, fazendeiros, empresas, órgãos estatais e mídia. Um exemplo da influência ou ingerência dos fazendeiros pode ser constatada quando da reunião em que o governador Almir Gabriel (PSDB) recebe as lideranças dos sindicatos patronais do sudeste do Pará, nesta os representante dos proprietários fez um ultimato ao governo, acompanhado da entrega de um documento, uma espécie de lista que constava o nome de 19 lideranças, consideradas perigosas, uma cruel coincidência, seriam as lideranças do MST o foco principal da ação policial, consta que “Dos 19 mortos 13 eram dirigentes ou coordenadores do MST” (Nepomuceno, 2007, p. 112). Alguns foram mortos já rendidos, inclusive com o uso dos próprios instrumentos de trabalho, como foices e facões.

Os mortos e feridos foram levados para a beira da estrada. Eles foram capturados, rendidos, torturados e depois executados com seus instrumentos de trabalho, o que revela uma ação motivada também pelo ódio dos integrantes da segurança pública contra as lideranças do MST. Os sobreviventes relatam que horas depois do massacre veio um jipe do Exército para a curva do “S”, fazer uma “varredura da área”, a fim de localizar alguma pessoa morta nas proximidades. Nepomuceno (2007) e Pereira (2020) convergem na afirmação do que aconteceu na tarde de 17 de abril de 1996 foi uma "matança". Sendo inadmissível mobilizar o episódio enquanto confronto, incidente ou choque, como muitos meios de comunicação fizeram naquele contexto.

Conforme Euzébio Filho (2023, p. 27), o trauma psicossocial “encontra, portanto, condições mais favoráveis para seu desenvolvimento em um cenário de um acirramento da luta de classes, a partir de três elementos que devem ser compreendidos de maneira articulada: violência, polarização social e mentira institucionalizada”, aspectos notáveis ao longo do retrato histórico do massacre de Eldorado dos Carajás.

Na tarde de 17 de abril de 1996, entre as 16 às 17 horas, cerca de 155 policiais abriram fogo contra, mais ou menos, 2.500 trabalhadores sem-terra que ocupavam a PA 155,

na altura da curva do "S", entre Marabá e Eldorado do Carajás/PA, sudeste paraense. A ação de desobstrução da rodovia durou cerca de uma hora. Quando cessaram os tiros e as bombas, havia 19 mortos e 69 feridos, 11 deles policiais. Todos os mortos eram homens, enquanto entre os feridos havia mulheres, porém, nenhuma vítima do sexo feminino e nenhum policial. Na noite do massacre, a energia elétrica de Eldorado do Carajás foi cortada. Por quem e por quais motivos, não podemos responder, embora seja bastante emblemática essa coincidência.

A crueldade das autoridades policiais se materializou desde o começo da ação, mas não parou por aí, pois o tratamento dispensado aos corpos dos trabalhadores mortos foi surpreendente. Logo após a ação, os corpos foram amontoados à margem da estrada e depois jogados na caçamba de uma caminhonete, sendo levados ao necrotério do Hospital Elcione Barbalho em Curionópolis/PA. Algumas horas depois foram novamente amontoados na carroceria de um caminhão e levados a Marabá/PA, cobertos com tufo de palha e por um plástico negro.

Faltou luz em vários momentos durante a realização das autópsias¹⁶. No necrotério de Marabá, os médicos tiveram que trabalhar utilizando lanternas, todos os funcionários eram vinculados à secretaria estadual de segurança pública. As autópsias foram feitas em uma sala ocupada por vários policiais militares e os laudos foram feitos em um sofá, ou seja, nas pernas dos peritos, pois não havia sequer uma mesa para os médicos escreverem seus relatórios¹⁷ (Nepomuceno, 2007, p. 110).

As autópsias nos corpos precisavam ser feitas o mais rápido possível, os cadáveres deveriam ser enterrados e as marcas do massacre rapidamente apagadas. A Secretaria de Segurança Pública tinha pressa em liberar os corpos para sepultamento. Após o massacre foi enviada à Marabá uma comissão de Brasília para acompanhar os trabalhos do IML. Entre os enviados estava o perito Nelson Massini. Houve resistência da equipe médica em dar acesso aos corpos ao legista, mas essa tensão foi quebrada com o telefonema do ministro da Justiça, Nelson Jobim,¹⁸ para governador Almir Gabriel.

O avançado estado de putrefação dos cadáveres não apagou as evidências do massacre, caracterizado pelo uso de força desnecessária. Parte das vítimas foi imobilizada e em seguida executada de forma sumária. Lembrando que dos 19 mortos, cerca de 13 eram dirigentes ou coordenadores do Movimento. Além disso, “Pouco menos da metade dos mortos

¹⁶ Na noite do massacre, naquela quarta-feira “as luzes de Eldorado dos Carajás se apagaram: a energia elétrica tinha sido cortada”. (MEPUMOCENO, 2007, p. 107)

¹⁷ “As autópsias foram feitas num salão cheio de policiais militares. Não havia mesas para os peritos escreverem seus relatórios. Os médicos sentaram-se num sofá e escreveram seus laudos em cima dos joelhos.” (MEPUMOCENO, 2007, p. 110)

¹⁸ Ministro da Justiça à época.

- 42% - também foi atingida por golpes de arma branca, punhal, foices e facões, e demonstram ferimentos extensos e mutilações” (Nepomuceno, 2007, p. 112).

Apesar de subordinados à Secretaria de Segurança do Estado do Pará, os laudos dos legistas não pouparam detalhes macabros da violência empregada. O parecer foi categórico ao afirmar que as mortes não resultaram de confronto. A perícia dos corpos, bem como os testemunhos, aponta para o cenário “de uma desmedida e injustificável execução sumária” (Nepomuceno, 2007, p.111). Com tiros à queima-roupa, muitos corpos foram retalhados por instrumentos cortantes, houve esmagamento de crânios e mutilações, demonstrando a vontade de matar dos executores da ação. Alguns mortos só foram identificados durante o velório no salão paroquial da Igreja Católica de Curionópolis/PA.

Durante a ação, os 155 policiais foram divididos em dois grupos, compostos por soldados, cabos, sargentos, um tenente, um capitão e os comandantes, além de um coronel e um major. Um total de 85 policiais se deslocaram de Marabá/PA até a curva do “S”, trecho da estrada PA-150, onde ocorreu o massacre sob o comando do coronel Mário Pantoja, enquanto os demais 68, eram de Parauapebas e estavam sob o comando do major José Maria de Oliveira. O coronel Mário Pantoja, do 4º Batalhão da PM, foi o chefe da operação.

As armas usadas na ação foram: sete revólveres calibre 38, 11 calibres 32, 10 submetralhadoras calibre 9mm, 66 fuzis 762, 29 Cassetetes, além de: [...] “14 escudos, bombas de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral” (Nepomuceno, 2007, p. 118). Podemos perceber, com o descritivo acima, que havia mais homens do que armas, há indícios também de ter havido muitas armas de procedência indeterminada que foram utilizadas na ação. As ilegalidades perpetradas antes, durante e depois da ação são evidentes. Os homens que faziam parte do destacamento de Parauapebas arrancaram dos uniformes as etiquetas de identificação. Segundo Nepomuceno (2007) armeiro do quartel de Parauapebas, o soldado Antônio Mendonça Lima, recebeu uma ordem do subcomandante, o tenente Jorge Nazaré dos Santos, para não fazer a “cautela¹⁹” das armas entregues à tropa para a ação. Não houve controle da munição gasta. Ninguém poderá dizer quantos tiros foram disparados, por qual arma e muito menos por qual policial. (Idem, 2007, p. 120).

Em síntese, a sociedade capitalista é marcada pela violência institucionalizada, que por sua vez origina outros tipos de violência. As ações necessárias para sua perpetuação não são consideradas violentas ou são vistas como necessárias enquanto aquelas que confrontam essa sociedade são deslegitimadas. A violência é usada predominantemente enquanto um instrumento, respondendo, sobretudo, a interesses

¹⁹ A cautela é um procedimento regulamentar que registra o uso e a quantidade de armas e munição gastas nas ações policiais. Consiste em um livro de registro e controle que indica ou deve indicar qual arma e qual munição foram entregues e a quem foram entregues.

de classes em conflito (Martins e Lacerda Júnior, 2014, p. 579).

Com efeito, conforme Martín-Baró (1985) a legitimação da violência pelo poder dominante é fundamental para a manutenção da ordem. Quanto maior o dano contra a vítima, mais importante é a justificação da ação violenta. Assim, como desdobramento desse processo de violências, os sem-terra, por sua vez, reagiram, de modo que se pode considerar que:

A violência do oprimido que pode resultar na superação da violência institucional é legítima, pois serve para romper com uma situação de violência primeira e desumanizadora. Nas palavras do autor: “desumaniza a violência matriz que instaura uma situação de opressão, não aquela violência que, ao romper os vínculos de escravidão, liberta opressor e oprimido, cada qual está preso a um extremo da opressão” (Martín-Baró, 1985, p. 378). (...) A situação desumanizadora de violência estrutural e institucional cria nos oprimidos um ressentimento frente à injustiça e desigualdade. Assim, a violência do oprimido nunca é originária, é sempre derivada. Esse ressentimento pode criar um movimento que resulta em tomada de consciência sobre o próprio sentimento e de um juízo crítico de determinada situação histórica que, ao ser enfrentada violentamente pelo oprimido, cria processos de emancipação. Assim, embora quase sempre a violência produza situações desumanizadoras, ela pode também ser um ato positivo de criação e ser parte constitutiva do próprio processo de emancipação. Nestas situações, o uso da violência pode produzir um processo humanizador (Martín-Baró, 1981; 1985).

Para Martins e Lacerda (2018) uma Psicologia Social comprometida com a emancipação humana, precisa desnaturalizar a violência, evidenciando suas expressões no cotidiano e revelando o seu caráter ideológico. Além disso, se o objetivo é ultrapassar as aparências e compreender, bem como transformar, as causas da violência, é indispensável tornar explícitos os processos pelos quais ela é construída, legitimada, naturalizada e encoberta. A partir da noção de violência estrutural, percebe-se que a principal origem da violência na sociedade capitalista reside nos conflitos e interesses opostos entre as classes sociais.

Nesse sentido, apesar das tentativas de cessar a luta sem-terra, o movimento organizado seguiu estabelecendo enfrentamentos a fim de garantir o direito à terra, constrangido pela violência do latifúndio e da elite nacional. As estratégias de enfrentamento social travadas pela militância em busca de humanização e emancipação manifestavam um aspecto material mas também imaterial, de modo que o monumento “Eldorado Memória” pode ser entendido como um documento simbólico de agregação, defesa de direitos dos trabalhadores rurais e representante das ações e resistências de grupos e indivíduos que faziam o enfrentamento pelo território, disputando áreas de terras devolutas e/ou de aforamentos no sudeste do Pará em 1996. Em função dessa representatividade, em setembro de 1996, a população de Marabá/PA, assistiu a inauguração, e, também, a destruição do monumento Eldorado Memória.

A destruição do monumento Eldorado Memória em Marabá/PA

No dia 7 de setembro o monumento Eldorado Memória foi inaugurado em Marabá/PA, em meio às comemorações do Dia da Independência do Brasil. O monumento permaneceu por, mais ou menos, 15 dias na rotatória do KM 06, no núcleo urbano Nova Marabá, encontro das rodovias Transamazônica (BR-222) e PA-150 (atual BR-155). Um mês antes, a peça saiu do Rio de Janeiro/RJ (08/08/1996), esteve em Brasília/DF por quatro dias, depois na capital federal foi apresentada em ato público na Praça dos Três Poderes, em frente ao STF. Em um ato político com de lideranças indígenas e trabalhadoras rurais, em meio aos protestos do Dia Nacional de Lutas das Mulheres pela Reforma Agrária e contra a Violência no Campo, o ato foi organizado pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e lembrava o assassinato da liderança sindical paraibana Margarida Alves. Pela manhã as mulheres entregaram vários manifestos às autoridades: elas exigiam a punição dos responsáveis pelos massacres de Eldorado dos Carajás (PA) e Corumbiara (RO).

Durante a tarde o monumento foi apresentado na esplanada em frente ao STF (Supremo Tribunal de Justiça). O monumento seguiu por várias capitais até o local do massacre. As lideranças Maninha Xucuru Kariri e Edna Marçal – filha da Marçal Tupã assassinada no estado do Mato Grosso – junto com as trabalhadoras rurais, pediam que a justiça fosse feita contra os mandantes e assassinos de trabalhadores no campo. Dentre as reivindicações, queriam também a aprovação do projeto de lei do Rito Sumário de Desapropriação de Terras para fins de Reforma Agrária limitando as concessões de liminares de despejo aprovação do projeto de lei que transfere da Justiça Militar os crimes cometidos por militares. a desapropriação. (Jornal O Mensageiro, 1996, p. 09)

Exigiam, ainda, a desapropriação de terras equivalentes para o assentamento de 40 mil famílias. Estavam presentes também na manifestação que contou com a agencia das mulheres camponesas, ressaltando a importância das “mulheres mártires” estavam presentes na cerimônia de apresentação do monumento as argentinas Hebe Bonafini e Marta Badillo ambas líderes da Associação de Mães da Praça de Maio em Buenos Aires; Maria Gorete Abreu e Maria Elizabete Santos ambas sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás (PA); Olinda Tavares, mãe do Padre Josimo, assassinado em Imperatriz/MA; Dona Pureza Loyola, mãe de Abel, resgatado do trabalho análogo a escravidão em uma fazenda paraense. (Jornal O Mensageiro, 1996, p. 09).

Na ocasião a peça foi adornada por fitas brancas e pretas com o nome de todos os

mortos pela terra²⁰ como no detalhe da Imagem 2.

Figura 2: Eldorado Memória (1996), Brasília/DF



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/mstoficial/27524349478>.

A sua inauguração no sudeste paraense contou com ampla participação popular. Apresentado em carro aberto à população, o monumento percorreu alguns núcleos da cidade, reunindo uma multidão de estudantes, professores, população civil, autoridades municipais, Igreja, sindicatos e movimentos sociais. O fato é que o monumento, após sofrer constantes ameaças de destruição pelos latifundiários, foi derrubado a golpes de picareta, na madrugada de domingo, em 22 de setembro de 1996 (Fernandes, 2001, p. 210). Antônio Pereira (2020) dedica um tópico específico de sua dissertação de mestrado, à análise da peça “O monumento Eldorado Memória e a dimensão simbólica das narrativas”.

Para Antônio Pereira, a destruição do monumento representou elementos e situações que se referem ao cenário de conflito pela terra, “e que podem ser vistos como a expressão do acirramento da luta de classes no Pará” (Pereira, 2020, p. 95). O autor, analisando a matéria do jornal *A Verdade*, publicada em 2012, questiona quem teria sido o responsável pelo ato de terror em Marabá/PA. O arquiteto Oscar Niemeyer já esperava pela destruição do monumento, afirmando que havia acontecido o mesmo com o monumento de Volta Redonda/RJ. Segundo Pereira, o “ataque ao monumento” reforça um certo estigma enfrentado pelo MST e suas lideranças na região (2020, p. 95). Para ele, os monumentos, as práticas culturais e as

²⁰ Todos os mortos pela terra, José Bento Diniz, Marçal Iupã-y, Teixeira, Margarida Alves, Roselli Nunes, Angêlo Kretã, Vanessa – 7 anos, Pe. Josimo Tavares, Mária Zilda, Adelaide Mulinari, João Canuto.

atividades políticas “são representações simbólicas ligadas aos trabalhadores rurais sem-terra” (Pereira, 2020, p. 95). O autor ainda associa a destruição do monumento em setembro de 1996, à edificação de outro, intitulado *As Castanheiras de Eldorado dos Carajás* (1999)²¹.

Erguido em 17 de abril por trabalhadores vinculados ao MST, a obra foi composta por troncos mortos, de 19 castanheiras, fincados ao chão, lembrando o mapa do país. Ao centro um tronco menor que levava uma placa²² com o nome dos mortos no massacre, juntamente com várias pedras na cor vermelha que representava os 69 feridos e mutilados.²³ Pereira (2020, p. 95) afirma que “após a destruição do monumento, outro foi erguido em 1999 com a coordenação de Dan Baron.”²⁴ Este monumento das Castanheiras e seus vestígios ainda estão na curva do “S”, o trabalho foi feito por “cerca de oitocentos trabalhadores rurais vinculados ao MST – grande parte deles sobrevivente do massacre – em colaboração com o arteducador” (Costa, 2018, p. 167). A curva do “S”, depois de anos de luta e trabalho dos militantes, finalmente tornou-se, em 2019, Patrimônio Histórico e Cultural do estado do Pará, a partir da lei 8.856/2019. Considerando-se as disputas de memória coletiva no seio do processo de produção dos traumas psicossociais e políticos, pode-se dizer que os efeitos da violência política no corpo e a eliminação simbólica reivindicam uma reparação histórica na qual o Estado deve assumir a sua responsabilidade (Euzébios Filho et al, 2024).

Reflexões e considerações: monumento Eldorado Memória e os caminhos possíveis para reparação psicopolítica no contexto campesino do Sudeste Paraense

O Monumento Eldorado Memória (1996) parte representativa da memória camponesa no sul e sudeste do Pará. Essa obra foi articulada à revelia dos seus destruidores, em um cenário onde os trabalhadores rurais ganhavam espaço nos debates sobre a reorganização fundiária, ao mesmo tempo em que era criminalizados pela mídia burguesa. O Monumento tem sua importância, entre outros motivos, pelo fato de ser uma das poucas obras do renomado arquiteto Oscar Niemeyer na região Norte do país, e, principalmente, por ser

²¹ Como é chamado o monumento. In COSTA, Gil Vieira. Fabricar a Memória da Violência: imagens do Massacre de Eldorado dos Carajás na arte contemporânea. *Arteriais/revista do ppgartes/ica/ufpa/n. 07 dez 2018*.

²² Segundo Gil Costa (2018), esta placa que leva o nome dos 19 mortos no massacre, fazia alusão a outros massacres (Candelária, Carandiru e Corumbiara), já existia desde 1996, acreditamos que ela é parte do Monumento Eldorado Memória (1996) tombado por vândalos na madrugada de 22 de setembro de 1996.

²³ (COSTA, 2018, p. 167)

²⁴ Arte-educador e dramaturgo inglês, Daniel Jacob Dan Baron Cohen, graduado em Literatura e Língua Inglesa (1980) e mestre em Teatro Educacional (1982), ambos pela Universidade de Oxford, o dramaturgo é radicado no Brasil desde 1998. In. In COSTA, Gil Vieira. Fabricar a Memória da Violência: imagens do Massacre de Eldorado dos Carajás na arte contemporânea. *Arteriais/revista do ppgartes/ica/ufpa/n. 07 dez 2018*.

uma homenagem aos trabalhadores mortos no massacre de Eldorados dos Carajás (1996), fortalecendo os povos oprimidos em meio a luta de classes no país. É certo dizer que o massacre tem uma estreita relação com a insatisfação de determinados setores e pessoas acerca da expansão dos trabalhadores rurais, garimpeiros e posseiros expropriados, já que este cenário foi propício ao aumento de ocupações e resistências coletivas nessa parte da Amazônia.

O monumento se apresenta enquanto estandarte da luta dos trabalhadores vivos e dos “trabalhadores mortos pela terra”. Eldorado Memória fez a denúncia contra os assassinatos dos trabalhadores, povos tradicionais, lideranças sindicais e religiosos, além de expor o trabalho escravo. O monumento figurou como construção simbólica que clamava por justiça aos mortos pela terra, afrontava os proprietários a partir da democratização da propriedade, tornando-se alvo da ira daqueles contrários à reforma agrária, dispostos a atos de violência física e simbólica.

A destruição do monumento representou a permanência de práticas políticas do período de distensão como o terrorismo de estado como: tortura, morte, desaparecimentos de corpos, assassinatos de trabalhadores, além das práticas de espionagem empresarial, civil e militar, convergindo com os processos judiciais de reintegração de posse. A desarticulação de um local de memória camponesa, como Eldorado Memória (1996), inaugurado em meio às disputas das circunstâncias do massacre, representa a radicalização nas classes contrárias à territorialização do MST.

Os processos de traumatização ocasionados por esse período conflituoso e de destruição dos aspectos simbólicos da identidade regional evidenciam uma demanda de trabalho transversal pelas políticas públicas na atualidade, considerando-se que configuram um legado que possivelmente atravessa e marca relações sociais ainda hoje, mantenedoras, portanto, de um cenário significativamente alienante e desumanizador, que marginaliza e violenta o campesinato e a luta sem-terra, deslegitimando lhes.

Muitas pessoas que vivem em Marabá-PA provavelmente não sabem que em plena cidade existiu um memorial para lembrar da história do massacre contra o MST. Por essa razão, defendemos aqui a necessidade de responsabilização do Estado em reparar psicopoliticamente essa história, nos posicionando ao lado dos povos oprimidos. Nessa direção, entendemos que escolas, museus e universidades podem trabalhar pela rememoração das situações geradoras do trauma, intervindo de forma que “no encontro com o coletivo e com a comunidade que emergem as possibilidades de reparação, atreladas ao conjunto de saberes da população atingida” (Euzébio Filho et al, 2024, p. 149).

Por meio dessa práxis, será possível reconstruir modelos de identificação, a crítica às noções cristalizadas de autoridade, a superação da vergonha e da humilhação social, e a reconstrução de um futuro e projeto de vida no qual a dimensão coletiva se apresenta como elemento central para um projeto ético-político de libertação (Martín-Baró, 1987). Assim, esperamos que o texto aqui socializado possa potencializar debates e preocupações que tenham compromisso social com a história de luta e resistência do povo brasileiro, de modo que mais pontes possam ser trilhadas entre as diferentes ciências para desvelar memórias, subverter traumas e tecer enfrentamentos contra a violência política que ameaça a soberania popular.

Referências

- ALCÂNTARA, Fernanda. **Ato Político-Cultural relembra 25 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás**. mst.org.br. 14 abr. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/04/14/ato-politico-cultural-relembra-25-anos-do-massacre-de-eldorado-do-carajas/>. Acesso em: 19 jun. 2024.
- ALCÂNTARA, Fernanda. **Eldorado dos Carajás 25 anos de impunidade: entrevista com Ayala Ferreira**. mst.org.br. 12 abr. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/04/12/eldorado-do-carajas-25-anos-de-impunidade-entrevista-com-ayala-ferreira/>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- COSTA, Gil Vieira. **Fabricar Memória da Violência: Imagens do Massacre de Eldorado dos Carajás na Arte Contemporânea**. Arteriais/Revista da PPGARTES/ICA/UGPA/DEZ: 2018.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- EUZÉBIOS FILHO, Antonio. **Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina**. Curitiba : CRV ; São Paulo : IPUSP, 2023. 115 p. (Coleção: Estudos Avançados em Psicologia Social, v. 3)
- EUZÉBIOS FILHO, Antonio et al. Trauma psicossocial como ferramenta de ação e reflexão da Psicologia: experiências com populações marginalizadas em São Paulo – SP. In: SOUZA et al (orgs). **Ignacio Martín-Baró em diálogo: contribuições para os estudos latino-americanos**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2024. 386 p.
- GONÇALVES, Bruno. Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o Caso Reformatório Krenak. Psicologia: **Ciência e Profissão** 2017 v. 37 (núm. esp.), 186-196.
- GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. **Dimensões**, n. 40, p. 199-223, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/17905>

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Raíces psicosociales de la guerra en El Salvador. 1981.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Acción e ideología**. UCA, 1985.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. **Revista de psicología de El Salvador**, v. 7, n. 28, p. 123-141, 1988.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JR, Fernando Lacerda. A Contribuição de Martín-Baró para o Estudo da Violência: uma apresentação. **Psicologia Política**, 14(31), 569-589, 2014.

MARTINS, Karina Oliveira; LACERDA JR, Fernando Lacerda. Ideologização da Violência no Capitalismo: Contribuições da Psicologia da Libertação de Martín-Baró. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 11(2), 2018, 221-235

NEPOMUCENO, Eric. **O Massacre-Eldorado do Carajás: uma história de impunidade**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

PEREIRA, Airton do Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Recife/PE, 2013. (Tese)

PEREIRA, Airton dos Reis. **Conflitos de Terra e Violência no Sul do Pará (1975-1990)**. X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos História e Política: UFPE, Recife-26 a 30 de abril de 2010. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1268332455_ARQUIVO_ConflitosdeterraeViolencianoSuldoPara_1975-1990_.pdf. Acesso em: 08/04/2024.

PEREIRA, Antônio de Jesus. **O massacre de Eldorado dos Carajás/PA (1996-2019) e o desdobramento da luta de classe: narrativas dos sobreviventes e formação política**. 2020. 140 p. Tese (Doutorado em Performances Culturais) - Universidade Federal de Goiás, 2020.

Polícia Massacra em Eldorado dos Carajás. Memorial da Democracia, 17 abril. 1996. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/policia-massacra-em-eldorado-dos-carajas>. Acesso em: 19 jun. 2024.

SOUZA, Jullyana L.L.B de. **25 Anos de Eldorado dos Carajás: a terra vale um sonho?** Disponível em: <https://gmarx.fflch.usp.br/boletim-ano2-08>. Acesso em: 20/06/2023.